

OS USOS DA HISTÓRIA PELO ESTADO E A CRÍTICA DE NIETZSCHE *

Hélio Sochodolak **

Resumo. A guerra franco-prussiana durou até o início de 1871, e em seguida a população armada iniciou a *Comuna de Paris*, que durou pouco mais que dois meses. Finalmente, tendo o exército alemão auxiliado na derrocada dos comunizados, em maio de 1871 assinou-se a *Paz de Frankfurt*, pela qual a França derrotada entregaria aos alemães os territórios da Alsácia e de Lorena, além de pagar uma gigantesca indenização. Dessa guerra saiu vitorioso o Império Alemão, que sobre os derrotados parisienses inaugurou o *Segundo Reich* em Versalhes. Seria a vitória dos alemães um indicador de superioridade da cultura alemã sobre a francesa? Além dos discursos hegemônicos da Alemanha de fins do século XIX, outra forma possível de responder a esta questão aparece também no final do século XIX na própria Alemanha: a crítica nietzschiana.

Palavras-chave: Unificação alemã; Cultura; Ensino de história; Nietzsche.

USES OF HISTORY BY THE STATE AND NIETZSCHE'S CRITICISM

Abstract. The Franco-Prussian War lasted till 1871 and was followed for the duration of a little more than two months by the Paris Commune with its armed population. With the help of the German army, the Communards were defeated and on May 1871 the Treaty of Frankfurt was signed. Defeated France returned the territories of Alsace and Lorene to the Germans coupled to a huge war compensation. The victorious German Empire thus inaugurated in Versailles the Second Reich on the defeated French. Was the German victory a synonym of the superiority of German culture on the French one? Besides the German hegemonic discourses at the end of the 19th century, one of the possible answers to this issue lies also in the last decades of the 19th century in Germany, or rather, Nietzsche's criticism.

Keywords: German unification; Culture; Teaching of History; Nietzsche.

* Artigo recebido em 30/10/2011. Aprovado em 23/11/2011.

** Doutor em História. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Unicentro, Irati/PR, Brasil. E-mail: sochodo@gmail.com

LOS USOS DE LA HISTORIA POR PARTE DEL ESTADO Y LA CRÍTICA DE NIETZSCHE

Resumen. La guerra Franco-Prusiana se extendió hasta inicios de 1871; en seguida, la población armada inició la Comuna de París que se mantuvo durante poco más de dos meses. Finalmente, con el auxilio del ejército alemán en la derrota de los comuneros, se firmó la Paz de Frankfurt, por la que la Francia derrotada entregaría los territorios de Alsacia y Lorena a los alemanes, además de una gigantesca indemnización. De esta guerra, quien salió victorioso fue el Imperio Alemán que, sobre los derrotados parisinos, inauguró el *Segundo Reich* en Versalles. La victoria de los alemanes, ¿sería sinónimo de superioridad de la cultura alemana sobre la francesa? Más allá de los discursos hegemónicos de la Alemania de fines del siglo XIX, una de las formas posibles de responder a esta cuestión es a través de la crítica nietzschiana, que también aparece en la Alemania del mismo período.

Palabras Clave: Unificación alemana, Cultura, Enseñanza de la historia, Nietzsche.

Na *Primeira Intempestiva* Nietzsche pontuou diversas vezes que os alemães venceram os franceses não por razões culturais, mas por razões científicas e militares. Pergunta em dado momento:

E terá sido esta cultura alemã unificada que triunfou sobre a França? Esta afirmação é completamente incompreensível. Foi justamente no saber mais amplo dos oficiais alemães, na melhor instrução das tropas, no valor científico superior da estratégia, que todos os juízes imparciais, e os próprios franceses, reconheceram as vantagens decisivas (NIETZSCHE, s/d, p. 10).

Nietzsche explicou uma das razões de sua crítica ao conhecimento científico: se servia à guerra com tanta maestria, a ciência poderia ser realmente útil à vida?¹ Para ele, a confusão entre

¹ Nietzsche associou a vida à dança em seu *Assim falou Zaratustra*: “em teu olho olhei há pouco, ó vida! Vi ouro em teu cintilar noturno, - parou meu coração diante dessa volúpia. Um batel de ouro vi cintilar em águas noturnas, um batel de ouro a balançar, que afundava, bebia água e tornava a cenar! Para o meu pé frenético pela dança, lançaste um olhar, um olhar a balançar, que sorria, indagava, enternecia. Duas vezes apenas, batestes tuas castanholas com mãos pequenas – e já o meu pé balançava no frenesi pela dança” (1983, p. 120). Assim como a dança, a vida é movimento. Com a dança, Nietzsche parece encontrar, nesta obra de sua maturidade, a alegoria perfeita para expressar sua concepção heracliteana de vida, a vida como movimento, onde não há

conhecimento científico e cultura devia-as ao fato de os alemães, ao contrário dos franceses, não possuíam em seu tempo uma cultura autêntica. "Mas com esta espécie de 'cultura' que no fundo não passa de indiferença fleumática pela cultura, nunca foi possível obter qualquer triunfo sobre o inimigo, sobretudo sobre aqueles que, como os franceses, têm uma cultura autêntica e fecunda, qualquer que seja, aliás, o seu valor, que nós, de resto, temos sempre imitado, com uma certa inabilidade" (NIETZSCHE, s/d, p. 11).

Nietzsche se mostrou avesso à associação entre cultura e ciência, e igualmente entre cultura e política;² ao contrário, acreditava que os alemães, no afã de constituir uma nação, estavam demonstrando fraqueza de personalidade. Para ele, por exemplo, ao quererem desvincular-se do convencionalismo dos franceses, para os quais as convenções seriam fruto da experiência e da tentativa de evitar contradições, os alemães teriam caído em convencionalismos muito mais radicais, atingindo até mesmo as formas de andar, estar, vestir-se, divertir-se e habitar.

Para Nietzsche, a cultura alemã era superficial, apegada a modismos e, acima de tudo, uma cultura em crise, devido ao excesso de história, mas cheia de si por vencer a França, o centro cultural do Mundo Ocidental. Neste sentido, Nietzsche, dialogando com Burckhardt, concordaria que "... qualificou a Prússia como uma das potências mais inimigas da cultura e considerava o Estado e a cultura como adversários permanentes e com uma ideia falsa de '*Estado cultural*'..." (In: JOHANN; JUNKER, 1970, p. 20).

Para Norbert Elias, a crença de superioridade do Estado em termos culturais faz parte de um fenômeno maior. Segundo ele, "... a convicção do valor supremo do próprio país sobre todos ou a maior parte dos outros – é um dos denominadores comuns de todos os sistemas de crenças nacionalistas" (1997, p. 156). Isto significa que, se tomarmos de empréstimo uma questão enunciada por Hobsbawm referente ao aspecto que caracterizava a política internacional entre os anos 1848 e 1870,

estabilidade, nem eternidade, exceto a do movimento (1983, p. 230). Ver também Dias (1993).

² "... na academia, especialmente na Universidade de Berlin, fundada no início do século (1810) por Humboldt, a hegemonia teórica ficava a cargo da história política, na qual Hegel e sua apologia ao Estado, despontava como principal fundamento, conduzindo a liderança das leituras entre os universitários. Note-se, pois, que a temática preferida nos meios universitários era também a condizente com os anseios do Estado e sua política agregacionista, no sentido de construir uma nação econômica e política e, acima de tudo, culturalmente coesa." (SOCHODOLAK, 2009, p. 80). Ver também Mayer (1990).

poderemos afirmar que, em termos gerais, *a política das nacionalidades rivais* se impôs de forma geral nesse período, sobretudo pelos países europeus.

Neste sentido, em que medida teriam sido os alemães vitoriosos por sua suposta cultura nacional superior? Ou deveríamos concordar com Nietzsche e afirmar que, acima de tudo, teria sido a superioridade técnica utilizada a vencedora, a começar pelos destrutivos canhões Krupp, ou ainda a utilização de novas tecnologias, como o telégrafo, e meios de transporte como a locomotiva, entre outros? Deveras, esta foi uma das principais preocupações de Nietzsche nas suas primeiras obras - notadamente no *Nascimento da Tragédia*, onde defendeu um renascimento da cultura clássica a partir da música alemã, especificamente a de Wagner, mas também *nas quatro intempestivas* que se constituem, no geral, em uma crítica ao Estado prussiano, suas crenças, seu sistema educacional, seu excesso de história e sua intenção de "fabricar" uma nação: a nação alemã. Para Nietzsche, neste processo o Estado estaria sacrificando a cultura como um todo. Nesta direção, de janeiro até março de 1872, Nietzsche realizou cinco conferências *Sobre o futuro de nossas Instituições de Ensino*, discutindo esta problemática.

Em concomitância com esta questão levantada por Nietzsche em seu tempo, vale a pena citar Hobsbawm e o capítulo 5º de sua *A era do capital*, que trata do tema "*A construção das nações*" (1996). Para este autor, as nações - entre elas a alemã - são um artefato, não algo de "*crecimento espontâneo*"; ou seja, como o próprio título indica, estas nações foram construídas artificialmente, ou melhor, não surgiram naturalmente, como postulava o nacionalismo romântico com o seu *Volksgeist*.

Para Kohn (s/d) e Hobsbawm, uma nação "era definida por sua história, cultura comum, composição étnica e, com crescente importância, a língua" (1996, p. 128). Assim a Alemanha jamais poderia ser considerada nação se não fosse construída, pois se constituía de inúmeros principados politicamente independentes politicamente, com culturas e tradições próprias, muitas vezes com línguas diferentes, exceto as elites cultas, que "partilhavam a mesma língua e literatura" (ANDERSON, 1995, p. 276). O que era a Alemanha a partir de meados do XIX? Politicamente,

não estava decidido se a Alemanha converter-se-ia num Estado centralizado ou numa federação, numa república ou numa monarquia... Entre os Estados alemães havia dois grandes poderes europeus, e a competição e os antagonismos entre ambos tornavam ainda mais graves as dificuldades para

encontrar uma solução que contentasse os nacionalistas alemães (ANDERSON, 1995, p. 273).

Neste contexto, seria possível escolher entre uma *grande Alemanha*, que incluísse os domínios austríacos, e uma *pequena Alemanha*, que excluísse a Áustria e unisse os demais reinos sob a hegemonia da Prússia. Somente na década de 1860 esta questão seria resolvida: a Prússia impôs sua solução para a Alemanha tal como a Sardenha o fizera no caso da Itália.

Economicamente, teríamos de novo a hegemonia da Prússia, que nos anos 1850 concentrava a maior parte do desenvolvimento industrial, e que desde a década de 1820 defendia a aliança aduaneira (*Zollverein*) entre os Estados confederados - menos a Áustria, evidentemente. "Por volta de 1865, a Prússia era responsável por nove décimos da produção de carvão e ferro, por dois terços das máquinas a vapor, por metade da produção têxtil e por dois terços da mão de obra industrial da Alemanha" (ANDERSON, 1995, p. 133).

Observam-se nesse período todas as variantes econômicas (urbanização intensa; êxodo rural, desemprego, imigração, desenvolvimento dos transportes e meios de comunicação, entre outras) decorrentes de uma revolução industrial, tardia no caso alemão, mas nem por isso lenta; ao contrário, a rapidez fazia com que a Alemanha superasse em vários aspectos o desenvolvimento industrial de muitos outros países europeus.

Além deste surto de industrialização, especialmente no Oeste Prussiano, outro fator que culminou no fortalecimento da Prússia foi o desenvolvimento agrícola. Para Perry Anderson, três aspectos tornaram possível o sucesso do programa bismarckiano. Em suas palavras:

Em primeiro lugar, no que se refere à região oriental, a reforma agrária efetuada por Hardenberg em 1816 levou a um rápido e impressionante avanço de toda a economia cerealífera. Tornando livre o mercado de terras, a reforma depurou o campo dos junkers incapazes e endividados. Em contrapartida, aumentou o número de investidores burgueses na terra,..., e, ocorreu uma acentuada racionalização da gestão agrária: por volta de 1855, 45 por cento dos Rittergüter das seis províncias orientais tinham proprietários não aristocratas. (ANDERSON, 1975, p. 273).

Também são notáveis as estatísticas da ampliação do sistema educacional desde as primeiras séries até a universidade. Tal ampliação fora iniciada por Humboldt no início do século, e já na década de 1870 somente as escolas primárias já haviam atingido um crescimento de mais de 50%, e na década de 1880 educação secundária contava com aproximadamente 250 mil alunos.

Para Hobsbawm (1996) e Droz (1973), as instituições escolares eram essenciais para os novos Estados/nações, pois somente por meio delas estes poderiam conseguir uma "língua nacional" escrita e falada. Isto atendia a dois objetivos: a formação de uma identidade e a possibilidade de ampliar a imprensa e os meios de comunicação de modos a torná-los de massa - evidentemente, para atender aos interesses estatais. Em resumo, a nação culta que pretendia o Reich foi criada especialmente através do ensino. O Reich soube, acima de tudo, dispor em um conjunto - o *Kulturstaat* e o *Machtstaat* -, fazendo de um a causa necessária do outro.

Podemos observar que o avanço da economia capitalista foi, tanto no campo da indústria quanto no da política aduaneira ou da agricultura, um dos fatores-chave que possibilitaram a unificação política da Alemanha sob o comando da Prússia e sua política, que, no dizer de Anderson, conservavam as *linhagens do Absolutismo*.

Não obstante, o relacionamento destas esferas, a político e a econômico, possuía na Alemanha características próprias: a economia era conduzida de forma capitalista, abandonando-se as arcaicas formas produtivas feudais e de relações de trabalho, e a política continuava sendo administrada de forma aristocrática e de acordo com os códigos morais da antiga elite dominante.

Nestes termos, a aristocracia fundamentava seu código de conduta interpessoal e interestatal em Maquiavel e nos conselhos que este deu ao príncipe em sua obra máxima. De modo geral, tal código não incluía nenhum humanismo nas relações, prevalecendo os interesses pessoais sobre os coletivos. Deveras, o nacionalismo não fazia parte deste programa, do programa das elites aristocráticas dirigentes na Alemanha, inclusive, de início este não era o desejo de Bismarck, que se esforçava apenas por fortalecer a casa dos Hohenzollern. Por outro lado, as classes médias, oriundas das novas relações econômicas capitalistas, tanto no campo como nos centros urbanos industrializados, desenvolveram um código baseado em princípios antagônicos aos da aristocracia.

Figuram neste código valores como humanidade, virtude e bondade:

Seu código era mais de virtude que de honra... Eram humanistas, no sentido de se aplicarem a todos os seres humanos, independentemente de classe e de país. De fato, desenvolveu-se, a partir da burguesia, um código moral e humanista de conduta humana, em relação aos temas seletivos da tradição judaico-cristã (ANDERSON, 1995, p. 276).

O código aristocrático fundamentava-se numa política maquiavélica na mesma proporção em que o código moral da burguesia em ascensão sedimentava-se no humanismo e sua *universalidade*; porém ambos os códigos conviveram, e, em se tratando da Alemanha e da política internacional de Bismarck, "*a ferro e sangue*" prevaleceu o maquiavelismo político. Desta forma, se o objetivo de Maquiavel no século XV era pôr fim à fragmentação da Itália em inúmeros reinos um sob o comando de um príncipe, no XIX, tanto a Itália como a Alemanha usariam esta estratégia para unificarem-se - e mais, por muito tempo ainda exerceriam o código maquiavélico nas relações internacionais.

Por fim, a julgar por estas questões, e ainda pelo fato de que a única pessoa do povo presente na cerimônia de criação do Estado Alemão em Versalhes foi uma enfermeira que, por engano, estava na sala onde ocorria a celebração, temos que concordar com Hobsbawm quando afirma que a Nação Alemã foi um artefato, ou seja, foi construída. Era preciso unificar inicialmente a cultura e a língua, caso contrário não haveria como criar o sentimento de nacionalidade. Neste sentido, o ensino parece ter sido o elo fundamental entre o Estado e sua constituição a partir da cultura. Arguto observador desta associação, em suas conferências *Sobre o futuro de nossos estabelecimentos de ensino* (1872), Nietzsche reprovou a enorme ampliação do ensino que se estava operando na já fundada Alemanha. Argumentava que uma ampliação, na forma como estava ocorrendo, indicava perda de qualidade, o que, necessariamente, implicaria o abandono da cultura clássica e um direcionamento do ensino para fins práticos (entenda-se, para profissionalização e nacionalização). Nietzsche propôs, então, a retomada dos ideais neo-helenistas, desde muito esquecidos na Alemanha, os quais defendiam um ensino desinteressado de assuntos práticos que se lhe afigurava como efemeridades diante das questões essenciais da condição humana.

O homem neo-helênico não seria o homem das vitórias militares prussianas, ao contrário, estaria ocupado com a cultura:

quero apresentar aqui expressamente o meu testemunho: desejamos a unidade alemã no seu sentido mais elevado, queremos-la com mais ardor do que a unidade política; procuramos a unidade do espírito alemão, da vida alemã, uma vez destruída a antinomia entre a forma e o conteúdo, entre a interioridade e a convenção (NIETZSCHE, s/d, p. 141).

O conhecimento do passado não poderia ser submetido às necessidades do Estado. A história deveria atender às necessidades de produção de sentido das pessoas. Muitas vezes estas necessidades são artísticas e não científicas. Nas palavras de Nietzsche, a nossa relação com o conhecimento histórico deve ser

uma relação provocada pela fome, regularizada pela necessidade, dominada pela força plástica inerente a estas coletividades -, que o conhecimento do passado seja querido apenas enquanto está ao serviço do futuro e do presente, não para enfraquecer o presente nem para desenraizar de antemão um futuro que seria viável – são verdades simples e evidentes, mesmo se não é possível fornecer a sua demonstração imediata através da história (NIETZSCHE, s/d, p. 133).

Por fim, vale dizer que a necessidade de aprender a história humana não seria necessariamente de caráter político-estatal. Ao “forçar” uma história assim, o Estado estaria instrumentalizando não só a razão, mas também a memória e os significados do vivido - no caso alemão, especificamente para os fins de unificação da Nação. Foi com esse objetivo que investiu na universalização do ensino primário e na expansão do ensino superior. Nesse período a história alcançou seu maior prestígio, tanto na Alemanha como na França. Sua função cívica a tornou um conhecimento de primeira necessidade. A crítica nietzschiana acusa o Estado de “poluir” a cabeça dos jovens com o excesso de informações históricas. O efeito, segundo Nietzsche, era o oposto de uma relação natural com o passado e os jovens passavam a “odiar” a história.

Com tais sentimentos, o passado deixava de estimular o presente e o futuro, e assim se tornava inoperante. Seria preciso defender usos da história diferentes daqueles político-científicos vinculados aos interesses de uma pretensa nacionalidade. Em suas conferências, Nietzsche apostou que o único agente capaz de restabelecer a saúde ao conhecimento histórico era a juventude e a sua natural rebeldia. O jovem professor apostou que somente seus jovens alunos é que poderiam subverter os usos apregoados pelo Estado e criar novas formas de se relacionar com o

passado. Certamente tais usos se distanciariam da academia e da concepção de “ser ciência” em vigor e passariam, necessariamente, pela Arte e pelas formas artísticas de “representar” o vivido.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. 3ª. ed. Trad. Suely Bastos. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DIAS, Rosa Maria. *Nietzsche educador*. 2 ed. São Paulo: Scipione, 1993.
- DROZ, Jacques. *Historia de Alemanha*. Vol, 1. Trad. do francês para o espanhol de Miguel Llop Remédios. Barcelona: Editorial Vicens-vives, 1973.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Trad. Álvares Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital. 1848-1875*. 5ª. ed. Trad. Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- JOHANN, Ernest; JUNKER, Jörg. *Historia de la cultura alemana de los últimos 100 años*. Tradução para o espanhol de Heinz Bähr. Munich: Frümorgen & Holzmann, 1970.
- KOHN, Hans. *Nationalism, its meaning and History*. New Jersey: D. Van Nostrand Company, s/d.
- MAYER, Arno J. *A força da Tradição: a persistência do Antigo Regime*. Trad. Denise Bootmann. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1990.
- NIETZSCHE, F. *Assim Falou Zaratustra*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- _____. "Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida". In: *Considerações Intempestivas*. Trad. Lemos de Azevedo. Lisboa: Presença, s/d. p. 101-205.
- _____. "David Strauss, crente e escritor". In: *Considerações Intempestivas*. Trad. Lemos de Azevedo. Lisboa: Presença, s/d. p. 7- 100.
- _____. "Sur l'avenir de nos établissements d'enseignement" In: *Écrits posthumes. 1870-1873*. Traduit de l'allemand par Jean-Louis Backes, Michel Haar et Marc B. de Launay. Paris: Gallimard, 1975. p. 71-162.
- SOCHODOLAK, Hélio. *O jovem Nietzsche e a história*. São Paulo: Annablume, 2009.

WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho, Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994.

